

# PARECER DE PLENÁRIO PELAS COMISSÕES DE SAÚDE E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA AO PROJETO DE LEI Nº 3.472, DE 2023

## PROJETO DE LEI Nº 3.472, DE 2023

Apensados: PL nº 5.873/2023, PL nº 3.353/2024 e PL nº 4.675/2024

Dispõe sobre o prazo de validade do Laudo Médico Pericial que atesta o diabetes mellitus tipo 1 (DM1) em âmbito nacional.

**Autor:** Deputado DR. ZACHARIAS CALIL

**Relator:** Deputado MAX LEMOS

## I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.472, de 2023, de autoria do Deputado Dr. Zacharias Calil, pretende estabelecer como indeterminado o prazo de validade do Laudo Médico Pericial que atesta o diabetes mellitus tipo 1 (DM1) em âmbito nacional.

Na justificação, o parlamentar propõe que o laudo médico que comprove o diagnóstico de diabetes mellitus tipo 1 (DM1) tenha validade indeterminada em todo o território nacional, para todos os efeitos legais.

Uma vez que diabetes tipo 1 não tem cura, os pacientes não precisariam providenciar laudos periodicamente para ter acesso a seus direitos e garantias.

Pelo Projeto de Lei, o documento poderá ser emitido por médico da rede pública ou privada, seguindo as exigências legais já vigentes.

Foram apensados ao projeto original:

- PL nº 5.873/2023, de autoria do Sr. Augusto Coutinho, que altera a Lei nº 11.347, de 27 de setembro de 2006, que dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos e



materiais para pessoas com diabetes, para determinar que o laudo médico que ateste diabetes mellitus tipo 1 (DM1) tem validade indeterminada.

- PL nº 3.353/2024, de autoria do Sr. Mario Frias, que dispõe sobre o prazo de validade do laudo médico que ateste o Diabetes Mellitus - Tipo 1 (DM1) no âmbito da República Federativa do Brasil, e estabelece outras providências
- PL nº 4.675/2024, de autoria do Sr. Beto Preto, que "Os laudos médicos periciais terão validade de 12 meses para as patologias descritas na presente lei. O prazo de validade está diretamente vinculado às condições de saúde especificadas."

A matéria foi despachada às Comissões de Saúde, para exame de mérito; e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para aferição da constitucionalidade, da juridicidade e da técnica legislativa (art. 54 RICD).

Foi aprovado requerimento de urgência, estando a matéria pronta para apreciação em Plenário.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

Considero meritório e oportuno o projeto ora examinado, tendo em vista que o estabelecimento de validade indeterminada ao laudo médico que comprove o diagnóstico de Diabetes Mellitus Tipo 1 (DM1) representa iniciativa de grande relevância social e administrativa.

Considerando que o DM1 é uma condição crônica e irreversível, não há justificativa para a exigência de renovações periódicas do laudo apenas para fins burocráticos.

A proposta contribui para a redução de custos e de demandas desnecessárias no sistema de saúde, além de agilizar processos



administrativos em diversas áreas, como saúde, educação, previdência e assistência social, garantindo mais dignidade e menos transtornos aos pacientes.

A medida também está em consonância com princípios de eficiência administrativa e respeito aos direitos das pessoas com doenças crônicas, sem gerar impacto financeiro relevante ao poder público, uma vez que não cria novos benefícios, apenas simplifica procedimentos. Diante disso, o parecer é favorável à aprovação do projeto.

Os apensados, PL nº 5.873/2023 e PL nº 3.353/2024 também tratam da validade do laudo que atesta a existência de DM1. O PL nº 4.675/2024, por outro lado, não trata de diabetes mellitus, dispondo sobre validade do laudo médico pericial para um grupo de doenças, incluindo outro tipo de diabetes – a insipidus.

Neste sentido, iremos apresentar um substitutivo que agrega as propostas dos Projetos de Lei apensados, para determinar que o laudo que descreve o diagnóstico confirmado de Diabetes Mellitus 1 deve ter validade indeterminada.

Quanto à constitucionalidade do projeto, inexistente qualquer objeção quanto aos pressupostos de constitucionalidade do Projeto de Lei nº 3.472, de 2023 e de seus apensos, bem como do substitutivo ora proposto pela Comissão de Saúde.

Em relação à juridicidade da matéria, os projetos e o substitutivo da Comissão de Saúde revelam-se adequados. O meio escolhido é apropriado para atingir o objetivo pretendido. O respectivo conteúdo possui generalidade e se mostra harmônico com os princípios gerais do Direito.

O projeto sob exame obedece à boa técnica legislativa, as proposições se amoldam aos preceitos da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, alteração e consolidação das leis.



## II.1 - Conclusão do voto

Ante o exposto, no âmbito da Comissão de Saúde, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.472, de 2023; e dos apensados, PL nº 5.873/2023, PL nº 3.353/2024 e PL nº 4.675/2024, na forma do substitutivo anexo.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.472, de 2023, e dos apensados, PL nº 5.873/2023, PL nº 3.353/2024 e PL nº 4.675/2024, e do substitutivo da Comissão de Saúde.

Sala das Sessões, em        de        de 2025.

Deputado MAX LEMOS  
Relator

2025-16041



## COMISSÃO DE SAÚDE

### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.472, DE 2023

Apensados: PL nº 5.873/2023, PL nº 3.353/2024 e PL nº 4.675/2024

Altera a Lei nº 11.347, de 27 de setembro de 2006, que dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos e materiais para pessoas com diabetes, para determinar que o laudo médico que ateste diabetes mellitus tipo 1 (DM1) tem validade indeterminada.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Esta Lei altera a Lei nº 11.347, de 27 de setembro de 2006, que dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos e materiais para pessoas com diabetes, para determinar que o laudo médico que ateste diabetes mellitus tipo 1 (DM1) tem validade indeterminada.

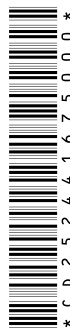
**Art. 2º** A ementa da Lei nº 11.347, de 27 de setembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos e materiais necessários à sua aplicação e à monitoração da glicemia capilar para pessoas com diabetes, e dispõe sobre a validade do laudo médico que atesta diabetes tipo 1.” (NR)

**Art. 3º** A Lei nº 11.347, de 27 de setembro de 2006, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 1º-A:

“Art. 1º-A. O laudo médico que ateste o diagnóstico confirmado de diabetes mellitus tipo 1 (DM1) tem validade indeterminada, independentemente de ter sido emitido por profissional da rede de saúde pública ou de saúde privada.”

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Sala das Sessões, em        de        de 2025.

Deputado MAX LEMOS

